

TECNOLOGIA SOCIAL E VALIDAÇÃO DA PAISAGEM

Iniciativas do coletivo Salve Rainha no Parque da Cidadania – Teresina/PI

SESSÃO TEMÁTICA: ET1 – Direito à Paisagem

Daniell Wanderley Lacet
Universidade de São Paulo
E-mail: daniell.lacet@gmail.com

Bruno Santana do Nascimento
Universidade de São Paulo
E-mail: bsantanadonascimento@gmail.com

RESUMO

A mercantilização da paisagem urbana contemporânea frequentemente resulta na subutilização de espaços públicos de lazer, enfraquecendo sua função social. Diante desse cenário, este artigo investiga a atuação do coletivo Salve Rainha como uma tecnologia social de apropriação do espaço no Parque da Cidadania, em Teresina (PI). O objetivo central é analisar como as práticas culturais insurgentes do grupo influenciaram a consolidação do parque e o direito à paisagem. A metodologia adotada fundamenta-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Os resultados evidenciam que a intervenção, potencializada por vínculos afetivos comunitários, obteve êxito na ativação do equipamento público. Contudo, conclui-se que a violência urbana e o ineficiente suporte estatal em segurança pública culminaram no encerramento das atividades, demonstrando que a perenidade de parcerias entre sociedade civil e poder público depende de garantias estruturais para a efetiva cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Parques urbanos; tecnologia social; apropriação do espaço; direito à paisagem; processo participativo.

ABSTRACT

The commodification of the contemporary urban landscape often results in the underutilization of public leisure spaces, weakening their social function. Given this context, this paper investigates the role of the "Salve Rainha" collective as a social technology for space appropriation at Parque da Cidadania, in Teresina (PI). The central objective is to analyze how the group's insurgent cultural practices influenced the consolidation of the park and the right to the landscape. The adopted methodology is based on a literature review, documentary research, and interviews. The results evidence that the intervention, driven by community affective bonds, succeeded in activating the public facility. However, it is concluded that urban violence and inefficient state support regarding public safety culminated in the cessation of activities, demonstrating that the longevity of partnerships between civil society and the public sector depends on structural guarantees for effective citizenship.

KEYWORDS: Urban parks; social technology; space appropriation; right to the landscape; participatory process.

1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano contemporâneo demanda, de forma imperativa, a existência de esferas públicas capazes de fomentar o lazer e aprofundar as relações socioespaciais. Contudo, observa-se que o crescimento acelerado das cidades frequentemente submete a gestão do território à lógica do valor comercial em detrimento do valor de



uso, resultando na mercantilização da paisagem urbana e no enfraquecimento de sua função social.

Nesse cenário, os parques públicos transcendem a mera preservação ambiental ou a função de equipamento estrutural; configuram-se como artifícios estratégicos para a valorização do tecido urbano. Tais espaços atuam como catalisadores de dinâmicas de ocupação e fortalecimento da identidade cultural, sendo suporte para manifestações coletivas. A criação de parques urbanos visa, portanto, mitigar as externalidades negativas da vida metropolitana, com a promoção do contato com a natureza e a qualificação da vida nas cidades.

O caso de Teresina (PI) ilustra essas contradições. Planejada e historicamente alcunhada de "Cidade Verde" devido à sua exuberante vegetação, inicialmente associada a um discurso higienista e de embelezamento, a capital apresenta um paradoxo: apesar do expressivo número de espaços livres, verifica-se a subutilização ou abandono de diversos equipamentos, como praças de bairro e parques de grande porte (a exemplo da Potycabana e do Zoobotânico). Pesquisas locais apontam que a degradação física, a insegurança e a carência de programações socioculturais são vetores determinantes para essa falta de ocupação.

Destaca-se, aqui, a implementação do Parque da Cidadania, situado na área central da cidade, no sítio da antiga Estação Ferroviária. O projeto, executado entre 2009 e 2016, buscou requalificar uma área degradada que havia se tornado um vazio urbano suscetível principalmente ao vandalismo. A implantação do parque carregava o desafio de evitar o destino de abandono comum a outros locais, especialmente considerando sua localização no centro de Teresina, marcado pela ocupação estritamente comercial e pelo esvaziamento noturno.

Nesse contexto, emerge a articulação com o coletivo Salve Rainha, caracterizado como uma tecnologia social de valorização do patrimônio material e imaterial. Atuando desde 2014 por meio de intervenções itinerantes em espaços subutilizados, o grupo buscava promover a cultura local e financiar a produção artística. A parceria estabelecida com o poder público, que cedeu o uso do quiosque central do parque ao movimento, representou uma estratégia cooperativa: aliou-se a vocação cultural do grupo à necessidade de ativação imediata do espaço recém-inaugurado.

O presente trabalho propõe-se a investigar a estruturação e atuação da tecnologia social Salve Rainha no Parque da Cidadania durante seu período inaugural, em 2016. Objetiva-se analisar de que maneira as práticas insurgentes e culturais promovidas pelo coletivo influenciaram a consolidação do parque como um local de lazer viável, restaurando o senso de pertencimento e o direito à cidade em uma população historicamente carente de apropriação efetiva de seus espaços públicos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando três procedimentos metodológicos complementares: revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A triangulação desses métodos buscou compreender tanto os fundamentos teóricos associados aos parques urbanos, à tecnologia social e aos



processos participativos, quanto as dinâmicas socioculturais específicas do coletivo Salve Rainha no Parque da Cidadania.

A revisão bibliográfica abrangeu autores clássicos e contemporâneos das áreas de lazer, paisagem, participação e apropriação do espaço urbano. O objetivo foi construir o arcabouço conceitual que sustenta a análise, especialmente no que se refere à produção social da paisagem, ao direito à cidade e às metodologias participativas.

A pesquisa documental envolveu a coleta e análise de registros públicos, reportagens, fotografias, notas oficiais, materiais de divulgação do coletivo e documentos institucionais referentes ao Parque da Cidadania. Esses documentos permitiram reconstruir a trajetória do parque e as condições de sua implantação, bem como mapear as ações realizadas pelo Salve Rainha no período estudado.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com duas integrantes do coletivo, selecionadas pela participação direta nas ocupações e pela memória privilegiada dos processos internos. As entrevistas buscaram captar percepções sobre a gênese do movimento, sua relação com o parque e os desafios enfrentados durante o processo de ocupação. A análise das entrevistas seguiu um procedimento de categorização temática, articulando os depoimentos às discussões teóricas e aos demais dados empíricos.

A combinação desses três eixos metodológicos permitiu compreender não apenas a atuação do coletivo no Parque da Cidadania, mas também os limites estruturais impostos pela ausência de políticas públicas consistentes de gestão participativa. Reconhece-se, entretanto, que o estudo se baseia majoritariamente em fontes qualitativas e possui como limitação a impossibilidade de mensurar, de forma sistemática, dados de fluxo ou indicadores quantitativos de uso do parque no período analisado.

3 CONCEITUAÇÃO DE PARQUE URBANO

A compreensão do Parque Urbano requer uma abordagem preliminar dos seus fundamentos teóricos, das necessidades socioespaciais anteriores e dos conceitos estruturantes que balizam sua inserção no contexto de cidade.

A proeminência discursiva acerca da relevância do lazer intensificou-se nas últimas décadas. Conforme apontado por Santos e Ortigoza (2017), tal acentuação está vinculada aos processos de industrialização e à expansão da comercialização de bens culturais e serviços. A demanda por tempo livre emerge, historicamente, como a antítese do tempo dedicado ao trabalho, sendo um produto das sociedades industriais e das lutas sociais deflagradas a partir do século XVIII. A institucionalização do lazer, embora resultante de reivindicações, configura-se igualmente como um mecanismo organizacional do sistema capitalista e da produção industrial, visando à reprodução da força de trabalho e à expansão da esfera do consumo.

Em consonância com a raiz teórica do tema, adota-se o conceito de lazer na perspectiva de Dumazedier (2008), definido como o conjunto de atividades desinteressadas, exercidas livremente e de forma voluntária, que possibilitam a livre capacidade criadora e a participação social, desvinculadas das obrigações de ordem profissional, familiar e sociopolítica.



A materialização desse conceito no meio urbano se dá pela criação dos equipamentos públicos de lazer. Santos e Ortigoza (2017) os conceituam como locais destinados à descontração e à apropriação por parte da população e visitantes, cuja gestão e manutenção são usualmente garantidas pelo ente estatal. Esses espaços são caracterizados pela oferta de infraestrutura e elementos paisagísticos que atuam como indutores da prática de atividades livres e recreativas, sendo acessíveis de forma gratuita ou a custos reduzidos, consolidando-se como parte integrante da infraestrutura verde urbana.

A concepção de equipamentos públicos de lazer transcende o mero fornecimento de infraestrutura; trata-se de uma resposta fundamental às demandas de bem-estar da população urbana. Conforme elucidam Santos e Ortigoza (2017), tais espaços são vitais,

“sejam por proporcionar lugares para atividades físicas, brincadeiras, jogos, eventos culturais, ou ainda por representar um espaço que aproxima os sujeitos da natureza, tendo em vista a grande artificialização da paisagem que ocorre principalmente nas grandes cidades”.

Ademais, tais equipamentos desempenham um papel crucial na constituição da identidade do indivíduo e no seu senso de pertencimento socioespacial. Contudo, o espaço urbano contemporâneo, moldado sob a influência da industrialização e da reprodução do capital, tende a promover o isolamento social e a escassez de áreas de descompressão. Essa dinâmica decorre da própria lógica de produção do espaço, que frequentemente estabelece uma hierarquia de necessidades desalinhada com o bem-estar humano. Nesse sentido, Santos e Ortigoza (2017) ressaltam que é imperativa a democratização do acesso: “Para tornar o lazer mais acessível, primeiramente, é preciso pensar que todos os cidadãos têm o direito à cidade, e, dessa forma, os espaços de lazer devem ser concebidos de forma mais democrática possível”.

No contexto brasileiro recente, observa-se um investimento significativo na implantação de parques urbanos. Estes são definidos como espaços públicos de dimensões expressivas, caracterizados pela predominância de elementos naturais e livres, exercendo funções sociais, estéticas e de lazer, mantendo certa autonomia espacial ante a malha urbana (Melo; Lopes; Sampaio, 2017). Além de sua função estrutural, esses espaços contribuem para a preservação e valorização da memória histórica e cultural, fomentando vivências, referências e laços afetivos que consolidam as identidades locais (Santos e Ortigoza, 2017).

Paralelamente, emergiram nas últimas décadas abordagens metodológicas voltadas à construção de uma paisagem integrada, privilegiando a subjetividade do usuário e sua experiência in loco (Melo; Lopes; Sampaio, 2017). A concepção do parque urbano não deve restringir-se ao desenho físico, mas demanda uma leitura qualificada do entorno e das variáveis que incidem sobre a percepção pública, visando a efetiva apropriação do espaço pela população. Como sintetizam Melo, Lopes e Sampaio (2017), “Dessa forma, é fundamental compreender a paisagem considerando os aspectos qualitativos desses espaços, a saber: percepção e afetividade”.

4 O PARQUE DA CIDADANIA

Nas últimas décadas, observa-se uma expansão significativa na concepção e implantação de parques urbanos no território brasileiro. Segundo Vieira et al. (2020), esse fenômeno constitui uma resposta direta ao crescimento desordenado dos centros urbanos, tanto em termos demográficos quanto territoriais, o que gerou uma demanda social latente por espaços capazes de proporcionar contato com elementos naturais, lazer e bem-estar.

No cenário nacional, contabiliza-se a criação de aproximadamente 234 parques de acesso público (gratuito ou a custo reduzido) distribuídos em 16 capitais. Estes equipamentos públicos desempenham múltiplas funções: além de oferecerem serviços voltados ao lazer, recreação, cultura e descanso, cumprem um papel fundamental na conservação ambiental e na manutenção da vegetação intraurbana (Vieira et al., 2020).

Inserida nessa dinâmica, a cidade de Teresina vivenciou processos similares de criação e requalificação de seus espaços livres, embora marcados por ciclos de descontinuidade e subutilização. O Parque Potycabana exemplifica essa trajetória errática: inaugurado na década de 1990 pelo governo estadual como um complexo aquático às margens do Rio Poty, o local sofreu com o abandono progressivo até seu fechamento em 2007 (Machado; Silva; Matos, 2016). A despeito de uma revitalização significativa realizada em 2008, que devolveu temporariamente o uso ao espaço, relatos subsequentes (Cidade Verde, 2019) apontam para a recorrência do estado de degradação e desuso.

A literatura aponta barreiras multifatoriais para a apropriação efetiva desses espaços na capital piauiense. Santos e Ortigoza (2017) indicam que, embora exista uma predisposição da população ao uso dos parques de bairro, fatores estruturais e sociais atuam como vetores de afastamento. Entre os principais motivos citados, destacam-se o desconhecimento da oferta existente, a precarização da manutenção dos equipamentos, a ausência de programação de atividades e, preponderantemente, a insegurança pública.

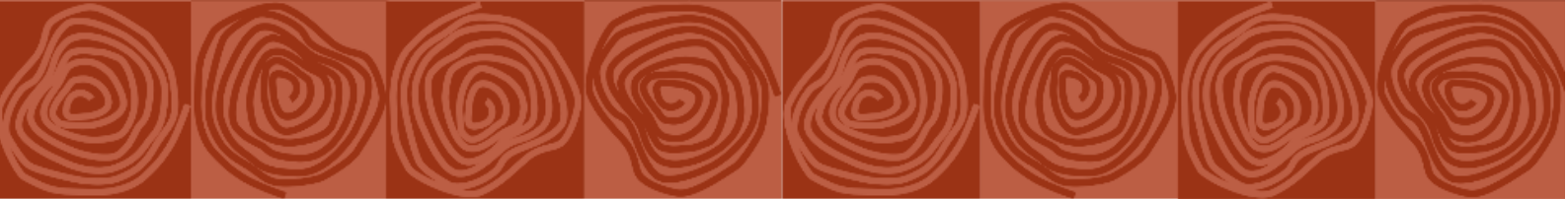
É neste cenário de disputa pela qualificação do espaço urbano que se insere a implantação do Parque da Cidadania. A intervenção, de iniciativa municipal, ocorreu na área da antiga Estação Ferroviária de Teresina, edificação datada de 1926 e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1997. O sítio histórico, que se encontrava em avançado estado de deterioração, teve seu terreno cedido pela prefeitura em 2009, marco inicial para o desenvolvimento do projeto de requalificação (Vieira et al., 2020).

Após a superação dos entraves burocráticos relativos ao financiamento e à preservação do patrimônio histórico, o parque foi inaugurado em junho de 2016. Sob a ótica de Vieira et al. (2020), observa-se ainda a necessidade de aprimoramento da arborização, aspecto crucial para garantir o conforto térmico e a permanência dos usuários frente às severas características climáticas de Teresina. Pontuada essa ressalva ambiental, o equipamento se consolidou como um polo de lazer exitoso na capital, êxito este atribuído à sua centralidade estratégica, à acessibilidade via transporte público e à qualidade na gestão e conservação de sua infraestrutura.

A partir da década de 1980, emergiram no cenário brasileiro diversos movimentos sociais focados na valorização e na validação do pertencimento ao espaço urbano. O coletivo analisado neste estudo, denominado Salve Rainha, fundamentou sua abordagem em atividades artísticas e sociais, obtendo êxito significativo ao conferir visibilidade ao espaço e ao patrimônio cultural subutilizado. Tal dinâmica despertou o interesse do poder público, que passou a patrocinar a causa, e fomentou a conscientização da população, evidenciada pela crescente adesão aos eventos (Lacet e Scarpato, 2017).

“A arte, através da metodologia participativa, passa a ser instrumento de transformação social, representa um papel imprescindível no processo de sensibilização das sociedades. Através das diversas modalidades artísticas podemos apreender a história da humanidade em diferentes épocas. Hoje, tais expressões, têm-se colocado como forma preponderante de reivindicação e construção de uma sociedade pautada na liberdade de ação e pensamento, informando, discutindo e denunciando os problemas sociais”.

6



participativa, embora seja uma temática contemporânea, tem sido amplamente debatida entre os profissionais da área. Conforme destacam Barone e Dobry (2004):

“O processo participativo tem sido apresentado como uma forma de enfrentar a dimensão social e política dos projetos de interesse coletivo, fazendo valer a opinião e o desejo dos usuários, com o fim de garantir maior cidadania e democracia na concepção dos espaços urbanos”.

Dessa forma, compreende-se que o envolvimento popular é fundamental para a mitigação de diversos problemas sociais, contexto no qual a arquitetura emerge como um instrumento eficiente e perene. Portanto, o engajamento comunitário na concepção de propostas projetuais é essencial para o refinamento projetual e para o êxito das intervenções. Corroborando essa visão, Matos (2010) define que a “arquitetura é uma área do conhecimento, cujas atividades são dedicadas ao relacionamento dos seres humanos com o espaço e os objetos arquitetônicos”.

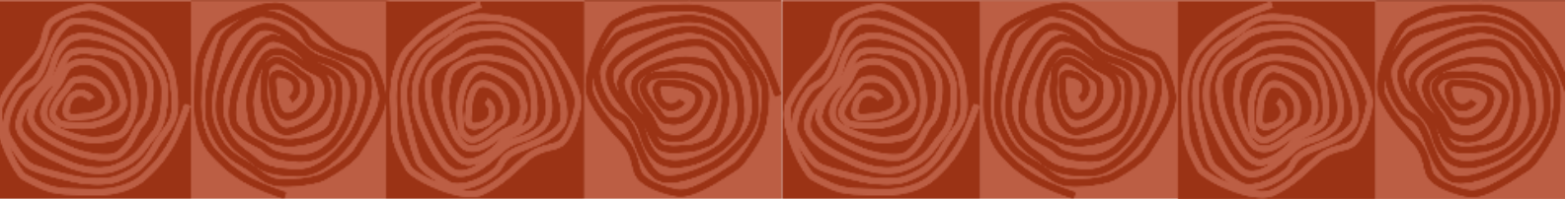
O desafio reside em transformar iniciativas itinerantes em ações permanentes, engajando grupos e interessados na preservação duradoura dos equipamentos públicos. Nesse sentido, Del Rio, Iwata e Sanoff (2000) afirmam que “[...] a atividade de projeto pode constituir um processo democrático e construtivo ao incluir a participação dos usuários e que pode gerar ambientes não apenas melhores e mais responsivos, mas também esteticamente agradáveis”.

6 O COLETIVO “SALVE RAINHA CAFÉ SOBRENATURAL”

Atualmente, observa-se nas metrópoles brasileiras a proliferação de grupos organizados, denominados coletivos, cujas intervenções em espaços públicos e edificações históricas visam denunciar a subutilização desses bens. O Salve Rainha Café Sobrenatural configurou-se como um movimento atuante entre 2014 e 2018 na cidade de Teresina, Piauí, caracterizando-se como uma “tecnologia social” de valorização do patrimônio cultural local por meio da exposição de trabalhos autorais de cunho artístico, literário, gastronômico, histórico e ambiental.

Renata Reis e Renata Fortes, integrantes do grupo, definem o objetivo do coletivo como o de promoção da revitalização de locais em subutilização por meio de ações em grupo em variados ambientes de convívio coletivo, provocando imersões culturais plurais na população de Teresina. Com o intuito de resgatar a memória coletiva e urbana, o grupo desenvolveu uma dinâmica de ocupações em locais inusitados ou negligenciados. Segundo Renata Reis, buscou-se idealizar um espaço que fosse possível congregar diversas manifestações de cunho artístico, como música, gastronomia, literatura e artes visuais, além de viabilizar o acesso gratuito das pessoas ‘ aos eventos, sendo sempre realizado aos domingos, e gerando novos hábitos de apropriação do espaço público.

Com o propósito de resgatar a memória coletiva e urbana desses locais, o grupo elaborou uma dinâmica de exposições em locais inusitados, geralmente negligenciados ou que não chamavam atenção da população. Segundo Renata Fortes, buscou-se idealizar um espaço que fosse possível congregar diversas manifestações de cunho artístico, como música, gastronomia, literatura e artes visuais, além de viabilizar o



acesso gratuito das pessoas aos eventos, sendo sempre realizado aos domingos, e gerando novos hábitos ao ocupar espaços públicos e construções abandonadas de forma coletiva.

Teresina, com mais de 800 mil habitantes, possui um histórico de produção de talentos nas artes visuais, artesanato, literatura e música. As primeiras iniciativas de difusão cultural remontam à década de 1980, com feiras na Praça Saraiva que atraíam público cativo, seguidas por movimentos como o Viva Arte e o Rock Matinê. Inspirado por esse legado, o Salve Rainha nasceu com o propósito de resgatar a memória urbana de locais negligenciados. Conforme relatam Renata Reis e Renata Fortes, essa tecnologia social surgiu de um grupo de estudantes e pesquisadores de várias esferas que compartilhavam em comum a idealização de um local inclusivo culturalmente, para abarcar variadas manifestações artísticas, com valorização cultural local e acessivo a qualquer pessoa.

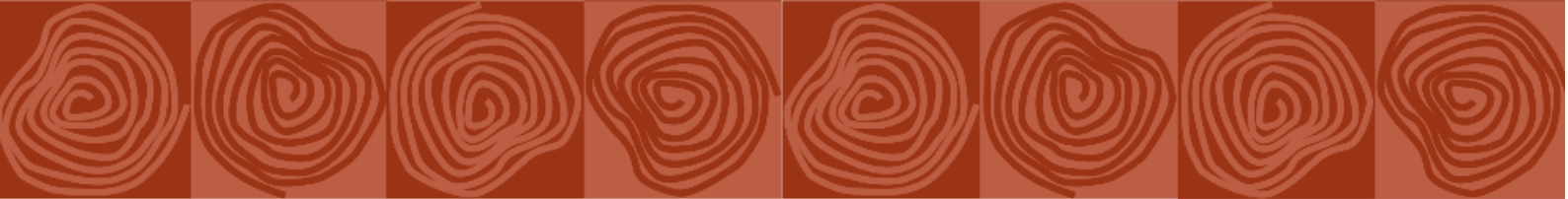
A gênese do coletivo, segundo Renata Reis, diretora à época, remetia à concepção de um café, similar ao existente atualmente no Parque da Cidadania, em que fosse possível realizar shows, galerias e manifestações. Na primeira temporada, realizada em junho de 2014 na Praça Ocílio Lago (antiga Fundação Nacional do Humor), a divulgação ocorreu de forma orgânica ("boca a boca"). Foi nesse processo que se revelou a importância histórica do local para a entrevistada, que comenta como o grupo inicial não sabia da importância história do lugar, que já foi a piscina do antigo Clube dos Diários de Teresina, na década de 1970, e que só soube por um relato de seu tio, que falou, de forma pretensiosa, sobre já ter nadado ali.

Posteriormente, o coletivo foi integrado ao projeto “B-R-O BRÓ Cultural” da prefeitura, visando movimentar o calçadão da rua Simplício Mendes. Nessa fase, o programa do Salve Rainha expandiu-se com a inclusão de feiras, atendendo à demanda espontânea dos frequentadores: existiam muitos pedidos para permitir a venda de comidas caseiras ou outras coisas, nos quais o grupo não fazia, segundo Renata Reis.

A consolidação do coletivo ocorreu na terceira temporada, na antiga Câmara Municipal, impulsionada pelo interesse público e pela revitalização de locais anteriormente inativos. A partir de então, conforme Lacet e Scarparo (2017), sucederam-se temporadas com intervenções efêmeras e itinerantes, fundamentadas em investigação patrimonial e valores ambientais e históricos. Tais ações levantaram o debate sobre a ocupação de espaços subutilizados, democratizando o acesso ao lazer e cultura.

A partir daí, como afirma Lacet e Scarparo (2017), foram sucedidas diversas temporadas com intervenções efêmeras, localizadas e itinerantes, sempre em espaços no qual as pesquisas do coletivo, baseadas em investigação patrimonial e pautadas em valores ambientes, arquitetônicos e históricos., levantando o debate sobre a ocupação dos espaços públicos subutilizados e oferecendo uma alternativa ao calendário de eventos de Teresina, democratizando o acesso ao lazer e à cultura e fornecendo um espaço de exposição para os mais variados artistas, auxiliando na conexão destes com a população.

Embora respaldadas pela população, as ações enfrentaram ceticismo inicial do poder público. Em entrevista a Lacet (2017), Patrícia Mendes, então Coordenadora de Registro e Conservação da Secretaria de Cultura do Piauí, relatou sua descrença inicial devido à proposta de realização de uma intervenção durante a noite no centro de



Teresina, conhecido pela ausência de movimento por ser estritamente comercial, devido a questão da segurança pública.

A despeito da surpresa, a dinâmica observada confirma as lições de Gehl (2013): “ ‘As pessoas vão aonde o povo está’, diz um provérbio comum na Escandinávia. Naturalmente, as pessoas se inspiram e são atraídas pela atividade e presença de outras pessoas”. É crucial pontuar o caráter ocasional da formação da identidade do Salve Rainha: embora surgido com outra prioridade, o grupo transformou-se ao perceber a relevância de intervir em locais degradados de alto valor histórico. Após essa percepção, o coletivo investiu nesse novo foco, mantendo a premissa do café experimental integrado a exposições artísticas.

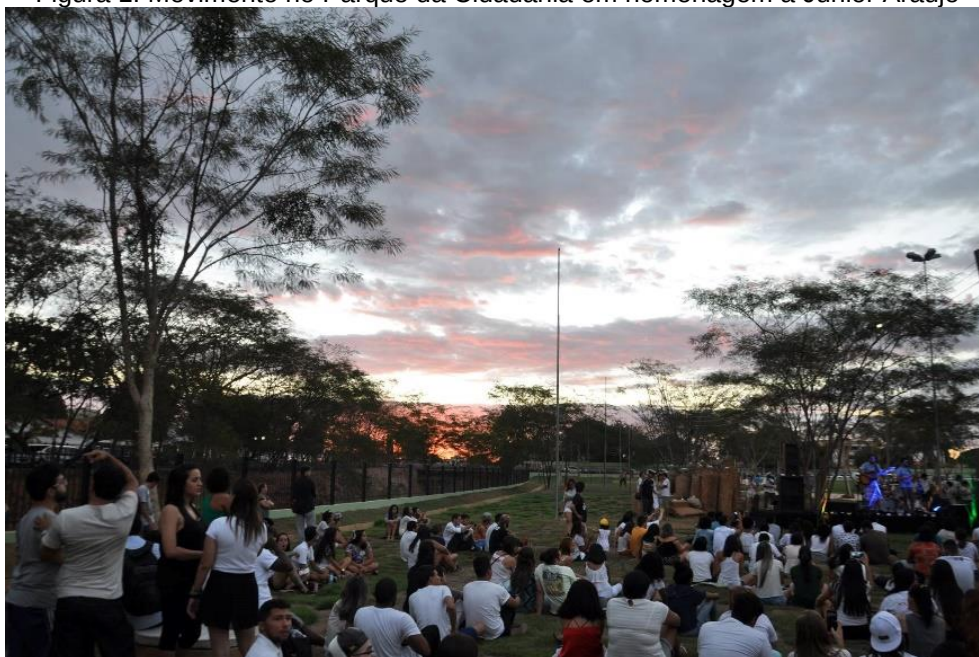
7 INTERVENÇÕES DO COLETIVO NO PARQUE DA CIDADANIA

O reconhecimento institucional do Salve Rainha culminou no convite da Prefeitura de Teresina (PMT) para a ocupação do quiosque central do Parque da Cidadania, formalizado em 24 de junho de 2016 através de cessão de uso. Essa parceria convergiu os interesses do movimento, que buscava viabilizar recursos para outras ocupações, e do governo municipal, interessado em incentivar o uso do recém-inaugurado equipamento público.

Contudo, o início da parceria foi marcado por uma tragédia que redefiniu os rumos do coletivo: o falecimento de seu fundador, Francisco das Chagas Araújo Júnior, vítima de acidente de trânsito logo após a inauguração da ocupação. O evento gerou enorme comoção na cidade e impactou profundamente o movimento. Renata Reis aponta que a morte de Júnior trouxe visibilidade midiática, mas alterou a essência do grupo. A figura de Júnior, descrita como carismática e “mística”, era central, pois ele “realizava o coletivo para desopilar”. Sem ele, o coletivo foi forçado a um amadurecimento abrupto: pelo imediatismo do momento, segundo a entrevistada, precisando agora focar na viabilidade operacional do projeto.

A comoção pública catalisou o interesse pelo movimento, transformando o café no Parque da Cidadania em local de homenagem e resistência para manter o Salve Rainha ativo. Estabeleceram-se, assim, vínculos afetivos com o parque e o quiosque, que passou a representar a materialização do sonho de Júnior Araújo.

Figura 1: Movimento no Parque da Cidadania em homenagem a Junior Araújo



Fonte: Salve Rainha Café Sobrenatural (2016)

Durante sua reorganização, o movimento manteve atividades periódicas no quiosque (exposições, minicursos, apresentações musicais e cinema ao ar livre), visando atrair fluxo para o café e para o parque.

Figura 2: Anúncio de exibição de filme no café do Salve Rainha



Fonte: Salve Rainha Café Sobrenatural (2016)

Após a rearticulação, o coletivo deu sequência em sua ocupação no Parque da Cidadania para gerar visibilidade e atrair público ao local, com a realização de suas intervenções itinerantes. Em agosto de 2016 lançou o editorial e chamada pública para o lançamento da Bienal do Salve Rainha, com ensaio fotográfico conceitual realizado no próprio parque urbano para fins de promoção das novas atividades.

Figura 3: Foto do Editorial da Bienal do Salve Rainha



Fonte: Salve Rainha Café Sobrenatural (2016)

A Bienal, realizada nos domingos de setembro de 2016, promoveu intensa ativação cultural no parque, englobando apresentações musicais, exposições artísticas e fotográficas, rodas de discussão, feiras gastronômicas, performances de dança, oficinas, projeções 3D, yoga e campeonatos de futebol amador. Salienta-se que todas as atividades foram realizadas por artistas locais e de forma gratuita, convocados através de chamada pública que o coletivo realiza antes de cada evento.

A pesquisa documental e as entrevistas indicam que a intervenção obteve adesão e envolvimento do público superiores às anteriores, impulsionada tanto pelo ineditismo do local quanto pela visibilidade decorrente do falecimento do fundador

Figura 4: registro do terceiro domingo da Bienal do Salve Rainha



Fonte: Salve Rainha Café Sobrenatural (2016)

Após a Bienal, e durante o tempo de funcionamento do café, o quiosque manteve-se como polo de atividades contínuas e interativa, com destaque para shows musicais de variados estilos com artistas locais, oficiais e exposições interativas com o público que frequenta o Parque da Cidadania.

Figura 5: atividade interativa no quiosque do Salve Rainha



Fonte: Salve Rainha Café Sobrenatural (2016)

Entretanto, as atividades foram encerradas em 18 de julho de 2018, precipitadas pelo agravamento da insegurança pública na região, com o aumento de delitos no interior do parque. O ponto de inflexão foi o arrombamento e furto do próprio café, acarretando perdas materiais insustentáveis. Nota-se uma ironia trágica: o fator que vitimou o grupo é o mesmo que afasta a população dos parques urbanos de Teresina, conforme apontam Santos e Ortigoza (2017) e Vieira et al. (2020) — o medo da violência urbana.

Figura 6: nota de encerramento das atividades do Salve Rainha

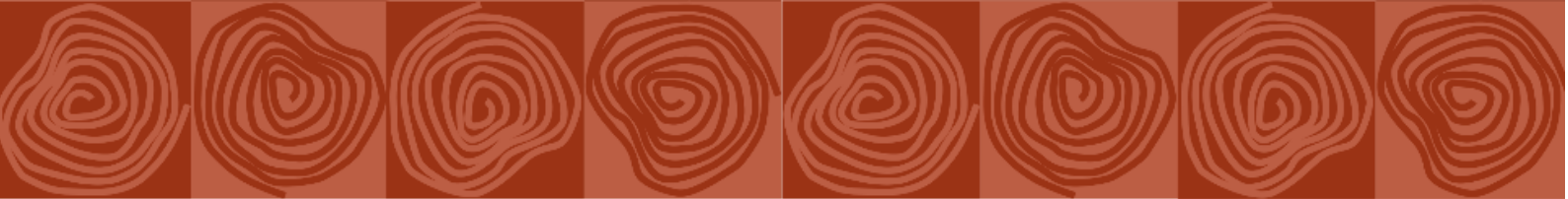
Salve Rainha
19 de julho de 2018

Comunicado:

O Salve Rainha informa que estão encerradas as atividades do Café Sobrenatural, quiosque localizado no Parque da Cidadania. O coletivo resistiu e insistiu para existir no parque, levando programação cultural, arte, debates e convidando a comunidade para frequentar este que deveria ser um espaço plural. No entanto, tem ficado cada vez mais difícil. A falta de segurança no Parque da Cidadania diminuiu a frequência da população e aumentou o número de furtos e assaltos. Na última terça-feira, o quiosque do Salve Rainha foi arrombado e levaram todo o material de trabalho do coletivo, restando apenas dois eletrodomésticos. Desta forma, ficamos incapacitados de continuar. Não apenas por razões materiais, mas também por sentirmos que chegou ao fim a nossa luta para permanecer neste local. Agradecemos a todos que nos apoiaram neste caminho, floreado por momentos inesquecíveis. Na nossa memória sempre existirá um Kency Park onde fomos muito felizes.



Fonte: Salve Rainha Café Sobrenatural (2016)



O encerramento do coletivo gerou repercussão midiática e institucional, levando o Ministério Público Estadual a cobrar providências quanto à segurança no Parque da Cidadania.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o coletivo Salve Rainha obteve êxito em ativar o Parque da Cidadania, ainda que a trajetória tenha sido reconfigurada por fatalidades e rearticulações internas. A sensibilidade gerada pela perda de Júnior Araújo potencializou a conexão da população com as diretrizes do coletivo. Observou-se um acolhimento dos sonhos do fundador pela comunidade, catalisando intervenções participativas e ressignificando a relação dos usuários com o espaço ocupado. Essa dinâmica relaciona-se intrinsecamente com o exercício da cidadania e o sentimento de pertencimento ao núcleo urbano. Dallari (1998) que a cidadania é um conjunto de direitos que concede à alguém a chance de participar, de forma ativa, da sociedade e do governo onde está inserido. A sua ausência ocasiona a sua marginalização e exclusão de vida social e de das resoluções do seu local de pertencimento, colocando-lhe em uma posição de inferioridade.

Em suma, observa-se que o coletivo e sua tecnologia social, instrumentalizada pelo poder público para legitimar um equipamento de lazer, foi vitimado pelo descaso estatal em relação à segurança pública. A violência urbana, principal causa do esvaziamento dos espaços públicos, conduziu ao fim melancólico do movimento, desamparado pelas esferas municipal e estadual.

As iniciativas colaborativas entre o poder público e a sociedade civil demonstraram capacidade concreta de ativar a paisagem urbana e ampliar o acesso à cultura, evidenciando a relevância de arranjos participativos para a gestão de espaços públicos. Entretanto, a ausência de políticas estruturadas de participação estatal, capazes de assegurar suporte contínuo, proteção institucional e valorização efetiva das expressões culturais locais compromete a durabilidade dessas ações. A insuficiência de mecanismos públicos de incentivo, acompanhamento e corresponsabilidade revela um Estado que se beneficia das potências comunitárias sem, contudo, construir condições materiais e simbólicas para sua permanência, fragilizando processos de apropriação cultural e de fortalecimento da identidade regional.

REFERÊNCIAS

BARONE, A. C. C.; DOBRY, S. A. **Arquitetura participativa: na visão de Giancarlo de Carlo**. Revista do PPGAU da FAUUSP, nº 15. São Paulo: FAUUSP, 2004.

CIDADE VERDE. **Em situação de abandono, Potycabana deve passar por reforma emergencial**. Teresina, 29 de setembro de 2019. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/308899/em-situacao-de-abandono-potycabana-deve-passar-por-reforma-emergencial> . Acesso em 04 de Dezembro de 2025.

DALLARI, **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. p.14

DEL RIO, V.; IWATA, N.; SANOFF, H. **Programação e métodos participativos para o projeto de arquitetura: o caso do colégio de aplicação da UFRJ**. Nutau 2000: Tecnologia e Desenvolvimento. USP, 2000, p. 105-113

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução de Sílvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008

FORTES, Renata. Entrevista concedida a Daniell Lacet. Teresina, 08 de março de 2017

G1 PIAUÍ. **Corpo de Júnior Araújo é velado no Clube dos Diários, Centro de Teresina**. Teresina, 01 de julho de 2016. Disponível em <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/07/corpo-de-junior-araujo-e-velado-no-clube-dos-diarios-centro-de-teresina.html>. Acesso em 23 de Novembro de 2025.

GEHL, J. **Cidade Para as Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LACET, Daniell; SCARPARO, Geovani. **INTERVENÇÃO ITINERANTE: A AÇÃO DE COLETIVOS URBANOS NA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E EDIFICAÇÕES**. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS-BRASIL, 2018, Belo Horizonte. Anais do II Simpósio Científico 2018 - Icomos Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

Machado, N. V., Silva, W. L. S., & Matos, K. C. **Parque Potycabana: da piscina de ondas à notório espaço de convergência social**. Anais do XI Colóquio QUAPA SEL, Quadro do Paisagismo no Brasil. Recuperado de <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wpcontent/uploads/2016/08/PARQUE-POTYCABANA-DA-PISCINA-DE-ONDAS-%C3%80-NOT%C3%93RIO-ESPA%C3%87O-DE.pdf>

MATOS, I. **Processo participativo de projeção em arquitetura: estudo de caso de uma oficina de projeto**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

MELO, Hérica Maria Saraiva; LOPES, Wilza Gomes Reis; SAMPAIO, Dayanne Batista. **Os Parques Urbanos na História da Cidade: percepção, afetividade, imagem e memória da paisagem**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, [S. l.], v. 5, n. 32, 2017.

Ministério Público do Estado do Piauí. **MPPI expede recomendação para melhoria da segurança no Parque da Cidadania em Teresina**. Teresina, 06 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/2018/11/mppi-faz-recomendacao-para-melhoria-da-seguranca-no-parque-da-cidadania-em-teresina/>. Acesso em 01 de Dezembro de 2025

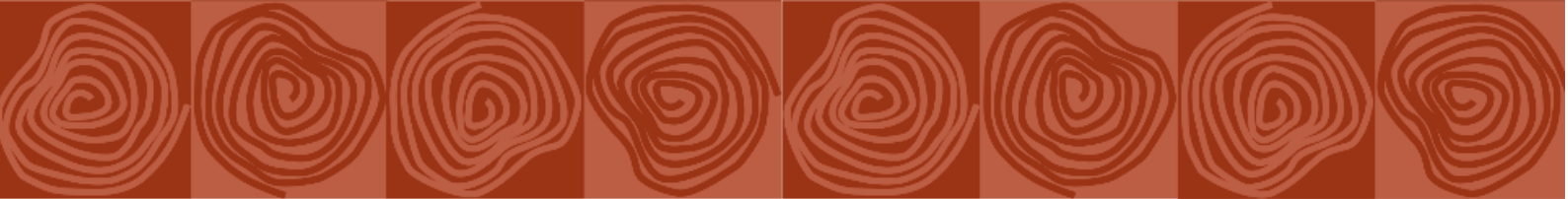
PEREIRA, a.m. et al. **Surto cultural: a metodologia participativa como forma de transformação social**. Acessado em 10 nov. 2025. Online. Disponível em: www.prac.ufpb.br/anais/sempe/vsempeanais/Anais/Cultura%20e%20artes/surto.doccUrw&sig2=UP9EXClzOWMcO_9SUzIHcQ.

REIS, Renata. Entrevista concedida a Daniell Lacet. Teresina, 05 de agosto de 2017

REIS, Renata. Entrevista concedida a Daniell Lacet. Teresina, 28 de Novembro de 2025

SALVE RAINHA CAFÉ SOBRENATURAL. Disponível em: <https://www.facebook.com/salverainhacafe/>. Acesso em 04 de Dezembro de 2025

SANTOS, Laudénides Pontes dos Santos; ORTIGOZA, Sílvia Aparecida. **A Realidade Socioespacial dos Espaços Públicos de Lazer de Teresina-Pi: Utilização e Conservação**. Sociedade e Território – Natal. Vol. 29, N. 2, p. 154-174, Jul./Dez. de 2017.



VIEIRA, Adrielly; MORAES, Lorrán; LIMA, Adriana; SANTOS, Leilson; BATISTA, Waldiléia. **Citizenship Station Park, Teresina, Piauí, Brazil: landscape creation, implantation and temporal evolution process.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 8, p. e86984814, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.4814. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/4814>. Acesso em: 04 de dezembro de 2025.